

COMAER
2020

Relatório Contábil de Encerramento do Exercício 2020



FORÇA AÉREA BRASILEIRA
Asas que protegem o País

DIRETOR DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

Major-Brigadeiro do Ar **Luiz Ricardo** de Souza Nascimento

SUBDIRETOR DE CONTABILIDADE

Brigadeiro Intendente Luiz Antonio **Pontes**

EQUIPE TÉCNICA

Davi Oliveira **Pimentel** - Major Intendente
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis

Lucas **Coelho** Marinho Almeida – 1º Tenente QOAP CCO
Contador responsável

Hedgleine **Cléia** Vieira dos Santos – 1º Tenente QOCON CCO
Contadora responsável substituta



É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	5
APRESENTAÇÃO	6
DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	8
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	9
Balanço Patrimonial	9
Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	10
Quadro de Compensações	10
Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial	10
Demonstração das Variações Patrimoniais	11
Balanço Orçamentário	12
Execução dos Restos a Pagar não Processados	14
Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.....	14
Balanço Financeiro.....	15
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	16
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	18
Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	19
Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	19
NOTAS EXPLICATIVAS	22
1 – Caixa e Equivalentes de Caixa	22
2 – Créditos a Curto Prazo	23
3 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	24
4 – Estoques	26
5 – Ativo Realizável a Longo Prazo.....	27
6 – Imobilizado	28
7 – Intangível.....	32
8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	33
9 – Empréstimos e Financiamentos	33
10 – Fornecedores a Pagar.....	34
11 – Demais Obrigações a Curto Prazo.....	35
12 – Provisões a Curto e Longo prazo	36
13 – Demais Obrigações a Longo Prazo	39
14 – Obrigações Contratuais.....	39
15 – Resultado Patrimonial do Exercício.....	40
15.1 - Diminuição do item “Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos” na ordem de 64%.....	41
15.2 - Diminuição do item “Valorização e Ganhos de Ativos e Desinc. de Passivos” em 78%	41



FORÇA AÉREA BRASILEIRA



15.3 - Aumento das “Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras” na ordem de 92%	41
15.4 – Aumento de “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas em 184%	41
16 – Execução Orçamentária da Receita	42
16.1 – Receitas Correntes	42
16.2 – Receitas de Capital	43
16.3 – Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	44
17 – Execução Orçamentária da Despesa	44
17.1 – Despesas Correntes.....	44
17.2 – Despesas de Capital	44
18– Resultado Orçamentário do Exercício.....	45
19 – Execução Orçamentária de Restos a Pagar	45
19.1 – Restos a Pagar Não Processados.....	45
19.2 – Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.....	46
20 – Resultado Financeiro do Exercício	46
21 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa.....	47
22 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	48



LISTA DE SIGLAS

ARLP	Ativo Realizável a Longo Prazo
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CEF	Caixa Econômica Federal
CFIAe	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COMAER	Comando da Aeronáutica
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DCON	Demonstrações Contábeis
DIREF	Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
FAB	Força Aérea Brasileira
FCVS	Fundo de Compensação de Variação Salarial
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
SEFA	Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SISCONTAER	Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica
SPIUNet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUCONT	Subdiretoria de Contabilidade da Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica
TCU	Tribunal de Contas da União
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva

APRESENTAÇÃO

A Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica - DIREF, por intermédio da Subdiretoria de Contabilidade - SUCONT, é responsável pela análise e avaliação das Demonstrações Contábeis do Comando da Aeronáutica (DCON), as quais são constituídas pelo Balanço Patrimonial, pelo Balanço Orçamentário, pelo Balanço Financeiro, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) – e Notas Explicativas.

As DCON foram emitidas a nível de consolidação de Órgão Superior, com a integração dos saldos das contas dos Órgãos Comando da Aeronáutica - COMAER, do Fundo Aeronáutico - FAER e da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe.

O Órgão Comando da Aeronáutica é representado pelas Unidades Gestoras Executoras pertencentes à estrutura administrativa do Comando da Aeronáutica, as quais efetuam a execução orçamentária, financeira e patrimonial no SIAFI, com o fito de contribuir para o cumprimento da missão institucional do COMAER, que é, conforme preconiza a Diretriz do Comando da Aeronáutica - DCA 11-45/2018, “Manter a Soberania do Espaço Aéreo e integrar o território nacional, com vistas à Defesa da Pátria”.

O Fundo Aeronáutico, criado pelo Decreto-Lei nº 8.373, de 14 de dezembro de 1945, é um fundo de natureza contábil destinado a auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento da Força Aérea Brasileira e para as realizações ou serviços que se fizerem necessários, no sentido de assegurar o cumprimento eficiente da missão constitucional do COMAER.

A Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica é uma Autarquia Federal de Regime Especial, integrante do Sistema Financeiro de Habitação - SFH e um dos instrumentos do Governo Federal no setor habitacional, vinculada ao Ministério da Defesa por meio do Comando da Aeronáutica, conforme disposto na Lei nº 6.715, de 12 de novembro de 1979 e no Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007, com funções de Agente Financeiro, de Agente Promotor e de Agente Assessor, com a missão de proporcionar a seus beneficiários o acesso à moradia nas condições legalmente estabelecidas.

Destaca-se que o COMAER, por intermédio da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica - SEFA, bem como da DIREF, atento ao cenário externo e à evolução da Contabilidade Federal, tem atuado de forma ativa nos projetos e processos de mudanças conduzidos pela STN, o que tem permitido a adequada condução dos assuntos relacionados à Contabilidade no âmbito do COMAER.

Nesse sentido, na busca pelo contínuo aprimoramento das atividades de Contabilidade e diante da obrigação de registrar e evidenciar os atos e os fatos da gestão do patrimônio público sob responsabilidade do COMAER, relacionados às execuções orçamentária e financeira, bem como à administração dos bens patrimoniais, com o objetivo de orientar processos de prestação de contas e a subsidiar processos de tomada de decisão, o Comandante da Aeronáutica aprovou a reedição da Norma do Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica (NSCA) 172-1, por intermédio da Portaria nº 577/GC3, de 2 de maio de 2018, a qual institui o Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica (SISCONTAER).

Dessa forma, o COMAER criou instrumento para organizar e disciplinar o funcionamento do SISCONTAER, estabelecendo suas atividades, finalidade, estrutura e competências. O objetivo principal desta Norma é sistematizar o relacionamento entre o Órgão Central, os Órgãos Setoriais, os Executivos e o Supervisionado, no que se refere à orientação normativa, ao suporte técnico, ao monitoramento e controle da execução

contábil e à produção de informações gerenciais, respeitada a subordinação hierárquica dos elos envolvidos. Nesse contexto, o ciclo de processos da Contabilidade é integrado pelas atividades de orientação normativa, suporte da execução contábil, monitoramento e controle das execuções orçamentária, financeira e patrimonial, e análise e elaboração de informações gerenciais. Essas atividades têm como foco, em última análise, o usuário da informação contábil.

Ciclos de Processos da Contabilidade no COMAER



Fonte: Norma do Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica 172-1

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do Comando da Aeronáutica, na qualidade de Órgão Superior, considerando, dessa forma, os Órgãos 52111 – Comando da Aeronáutica, 52911 – Fundo Aeronáutico e 52211 – Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Brasília – DF, 25 de janeiro de 2021

Lucas Coelho Marinho Almeida 1º Ten QOAP CCO
Contador Responsável – CRC CE-026707/O-9

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanco Patrimonial

ATIVO	NE	2020	2019
Ativo Circulante		18.548.414.697,63	18.135.089.956,92
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1</u>	11.347.675.601,53	11.889.899.771,93
Créditos a Curto Prazo	<u>2</u>	2.974.419,61	4.723.673,77
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	<u>3</u>	419.235.402,21	355.974.044,39
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques	<u>4</u>	6.778.529.274,28	5.884.492.466,83
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		-	-
Ativo Não Circulante		116.724.398.860,49	112.476.300.730,34
Ativo Realizável a Longo Prazo	<u>5</u>	31.513.961,64	29.151.360,82
Créditos a Longo Prazo		31.513.961,64	29.151.360,82
Investimentos		-	-
Imobilizado	<u>6</u>	116.457.897.555,89	112.257.121.289,81
Intangível	<u>7</u>	234.987.342,96	190.028.079,71
TOTAL DO ATIVO		135.272.813.558,12	130.611.390.687,26
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante		2.874.143.525,16	2.679.183.800,81
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	<u>8</u>	1.201.220.253,28	1.174.880.283,56
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	<u>9</u>	782.890.901,34	640.252.107,57
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<u>10</u>	30.149.754,72	11.279.325,92
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	<u>11</u>	859.882.615,82	852.772.083,76
Passivo Não Circulante		77.349.098.428,70	35.278.980.864,85
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		13.020.994.708,20	9.609.236.362,30
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo	<u>12</u>	64.325.818.338,29	25.667.253.207,93
Demais Obrigações a Longo Prazo	<u>13</u>	2.285.382,21	2.491.294,62
Resultado Diferido		-	-
Total do Passivo		80.223.241.953,86	37.958.164.665,66
Patrimônio Líquido		55.049.571.604,26	92.653.226.021,60
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Demais Reservas		-	-
Resultados Acumulados		55.049.571.604,26	92.653.226.021,60
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		135.272.813.558,12	130.611.390.687,26

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

	NE	2020	2019
Ativo (I)		135.272.813.558,12	130.611.390.687,26
Ativo Financeiro		11.347.675.601,53	11.889.899.771,93
Ativo Permanente		123.925.137.956,59	118.721.490.915,33
Passivo (I)		82.427.292.612,51	40.122.105.916,28
Passivo Financeiro		3.628.262.570,57	3.539.771.818,34
Passivo Permanente	<u>12</u>	78.799.030.041,94	36.582.334.097,94
Saldo Patrimonial (III = I - II)		52.845.520.945,61	90.489.284.770,98

Quadro de Compensações

	NE	2020	2019
Atos Potenciais Ativos		29.002.424.889,59	23.231.893.706,38
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		10.656.858.494,58	9.667.620.668,30
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		432.076.642,35	288.217.713,10
Direitos Contratuais a Executar		17.913.489.752,66	13.276.055.324,98
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-
Atos Potenciais Passivos		51.561.519.572,65	43.979.207.486,67
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres		513.553.084,07	591.775.941,23
Obrigações Contratuais a Executar	<u>14</u>	51.047.966.488,58	43.387.431.545,44
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-

Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

	NE	2020
Recursos Ordinários		-442.657.470,01
Recursos Vinculados		8.162.070.500,97
Educação		-16.401.275,83
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-86.797.875,99
Previdência Social (RPPS)		488,56
Dívida Pública		-162.103.339,65
Alienação de Bens e Direitos		25.064.530,99
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		8.425.263.999,98
Outros Recursos Vinculados		-22.956.027,09
Total das Fontes de Recursos		7.719.413.030,96

Demonstração das Variações Patrimoniais

	NE	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		114.485.049.474,82	121.276.015.671,20
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		1.443.337.707,00	860.431.589,91
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	15.1	1.213.547.988,96	3.388.094.694,17
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		4.650.427.888,87	3.327.475.159,24
Transferências e Delegações Recebidas		100.610.926.974,67	85.392.418.800,86
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	15.2	6.286.267.876,31	28.044.768.046,55
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		280.541.039,01	262.827.380,47
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		122.490.397.619,63	122.965.083.887,17
Pessoal e Encargos		7.483.983.337,47	6.892.936.631,75
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		12.474.222.052,06	12.331.321.161,72
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		4.603.374.120,39	4.559.255.937,18
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	15.3	8.072.888.233,47	4.193.956.877,69
Transferências e Delegações Concedidas		78.004.649.993,33	65.142.508.860,91
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		2.945.257.361,24	26.702.789.580,19
Tributárias		2.063.268,37	1.207.235,36
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		4.371.826,79	5.873.604,36
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	15.4	8.899.587.426,51	3.135.233.998,01
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)		-8.005.348.144,81	-1.689.068.215,97

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receitas Correntes (I)	<u>16</u>	4.386.352.240,00	4.386.352.240,00	2.344.264.924,37	-2.042.087.315,63
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		923.514.068,00	923.514.068,00	1.006.711.507,09	83.197.439,09
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		3.425.412.699,00	3.425.412.699,00	1.320.012.788,53	-2.105.399.910,47
Transferências Correntes		22.344.867,00	22.344.867,00	1.192.645,66	-21.152.221,34
Outras Receitas Correntes		15.080.606,00	15.080.606,00	16.347.983,09	1.267.377,09
Receitas de Capital (II)	<u>16</u>	9.770.015.785,00	9.770.015.785,00	951.118.206,13	-8.818.897.578,87
Operações de Crédito		9.737.240.865,00	9.737.240.865,00	928.381.850,64	-8.808.859.014,36
Alienação de Bens		14.489.109,00	14.489.109,00	21.736.721,51	7.247.612,51
Amortização de Empréstimos		285.811,00	285.811,00	999.633,98	713.822,98
Transferências de Capital		18.000.000,00	18.000.000,00	-	-18.000.000,00
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS (IV) = (I + II + III)		14.156.368.025,00	14.156.368.025,00	3.295.383.130,50	-10.860.984.894,50
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		14.156.368.025,00	14.156.368.025,00	3.295.383.130,50	-10.860.984.894,50
DÉFICIT	<u>18</u>			25.316.704.976,55	25.316.704.976,55
TOTAL		14.156.368.025,00	14.156.368.025,00	28.612.088.107,05	14.455.720.082,05
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	<u>16.3</u>	-	124.731.426,00	124.731.426,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	17	23.207.566.729,00	23.970.996.640,00	24.273.779.228,79	23.068.886.097,17	21.887.818.399,02	-302.782.588,79
Pessoal e Encargos Sociais		18.577.604.200,00	19.695.714.092,00	19.571.110.111,29	19.571.032.523,83	18.490.360.497,35	124.603.980,71
Juros e Encargos da Dívida		513.599.552,00	513.599.552,00	448.799.738,99	448.799.738,99	448.799.738,99	64.799.813,01
Outras Despesas Correntes		4.116.362.977,00	3.761.682.996,00	4.253.869.378,51	3.049.053.834,35	2.948.658.162,68	-492.186.382,51
DESPESAS DE CAPITAL	17	3.097.105.848,00	2.985.175.571,34	3.559.660.101,60	2.944.858.265,36	2.940.523.428,97	-574.484.530,26
Investimentos		2.407.266.580,00	2.929.036.079,00	3.552.567.318,90	2.942.280.754,90	2.937.945.918,51	-623.531.239,90
Inversões Financeiras		32.141.000,00	7.090.001,00	7.092.782,70	2.577.510,46	2.577.510,46	-2.781,70
Amortização da Dívida		657.698.268,00	49.049.491,34	-	-	-	49.049.491,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.983.056.731,00	1.732.904.129,00	-	-	-	1.732.904.129,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS		28.287.729.308,00	28.689.076.340,34	27.833.439.330,39	26.013.744.362,53	24.828.341.827,99	855.637.009,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	778.648.776,66	778.648.776,66	778.648.776,66	778.648.776,66	-
Amortização da Dívida							
Interna							
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa							
Dívida Mobiliária		-	778.648.776,66	778.648.776,66	778.648.776,66	778.648.776,66	-
Outras Dívidas		-	778.648.776,66	778.648.776,66	778.648.776,66	778.648.776,66	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		28.287.729.308,00	29.467.725.117,00	28.612.088.107,05	26.792.393.139,19	25.606.990.604,65	855.637.009,95
TOTAL		28.287.729.308,00	29.467.725.117,00	28.612.088.107,05	26.792.393.139,19	25.606.990.604,65	855.637.009,95

Execução dos Restos a Pagar não Processados

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Inscritos		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESAS CORRENTES		195.928.371,49	1.304.106.088,03	1.186.767.700,56	1.185.793.223,57	51.066.145,23	263.175.090,72
Pessoal e Encargos Sociais		75.443,73	82.795,26	5.489,72	5.489,72	151.894,85	854,42
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		195.852.927,76	1.304.023.292,77	1.186.762.210,84	1.185.787.733,85	50.914.250,38	263.174.236,30
DESPESAS DE CAPITAL		270.145.679,12	621.073.128,95	748.841.215,63	748.780.067,89	15.250.018,26	127.188.721,92
Investimentos		269.300.135,40	616.488.616,03	744.588.174,87	744.527.027,13	15.163.588,48	126.098.135,82
Inversões Financeiras		845.543,72	4.584.512,92	4.253.040,76	4.253.040,76	86.429,78	1.090.586,10
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
TOTAL	19	466.074.050,61	1.925.179.216,98	1.935.608.916,19	1.934.573.291,46	66.316.163,49	390.363.812,64

Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Inscritos		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESAS CORRENTES		192.218,33	1.136.573.998,03	1.136.465.847,46	150.889,07	149.479,83
Pessoal e Encargos Sociais		-	1.067.974.990,33	1.067.974.080,30	909,77	0,26
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-0,26	0,26
Outras Despesas Correntes		192.218,33	68.599.007,70	68.491.767,16	149.979,56	149.479,31
DESPESAS DE CAPITAL		372,50	1.220.002,98	1.219.426,20	-0,78	950,06
Investimentos		372,50	1.220.002,98	1.219.426,20	-0,26	949,54
Inversões Financeiras		-	-	-	-0,26	0,26
Amortização da Dívida		-	-	-	-0,26	0,26
TOTAL	19	192.590,83	1.137.794.001,01	1.137.685.273,66	150.888,29	150.429,89

Balanco Financeiro

INGRESSOS			
	NE	2020	2019
Receitas Orçamentárias (I)	<u>16</u>	3.295.383.130,50	6.301.636.683,70
Ordinárias		-	-
Vinculadas		3.368.717.707,64	6.362.312.081,96
Previdência Social (RPPS)		-	-
Dívida Pública		928.381.850,64	1.802.773.868,80
Alienação de Bens e Direitos		21.918.821,51	8.162.725,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.121.726.415,56	4.551.375.488,16
Outros Recursos Vinculados		296.690.619,93	
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-73.334.577,14	-60.675.398,26
Transferências Financeiras Recebidas (II)		53.213.615.252,88	52.442.765.814,99
Resultantes da Execução Orçamentária		49.320.460.750,04	46.795.977.451,34
Independentes da Execução Orçamentária		3.893.154.502,84	5.646.788.363,65
Recebimentos Extraorçamentários (III)		5.753.077.324,39	7.247.082.139,86
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.185.402.534,54	1.136.839.698,87
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		1.819.694.967,86	1.753.995.630,40
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.038.158.608,54	3.431.103.387,14
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.709.821.213,45	925.143.423,45
Saldo do Exercício Anterior (IV)		11.889.899.771,93	10.518.187.251,79
Caixa e Equivalentes de Caixa		11.889.899.771,93	10.518.187.251,79
TOTAL (V = I + II + III + IV)		74.151.975.479,70	76.509.671.890,34

DISPÊNDIOS			
	NE	2020	2019
Despesas Orçamentárias (VI)	<u>17</u>	28.612.088.107,05	27.516.257.368,51
Ordinárias		9.747.336.722,03	17.402.371.986,41
Vinculadas		18.864.751.385,02	10.113.885.382,10
Educação		374.528,04	20.363.487,26
Seguridade Social (Exceto Previdência)		2.887.553.921,04	4.541.077.111,25
Previdência Social (RPPS)		655.716.614,22	274.265.200,54
Receitas Financeiras			15.935.759,06
Dívida Pública		11.817.129.451,13	2.297.041.985,72
Alienação de Bens e Direitos		5.719.673,00	2.906.735,92
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.056.226.297,18	2.947.202.116,73
Outros Recursos Vinculados		442.030.900,41	15.092.985,62
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		30.068.030.966,80	30.400.305.477,31
Resultantes da Execução Orçamentária		25.372.341.822,05	24.263.892.751,93
Independentes da Execução Orçamentária		4.695.689.144,75	6.136.412.725,38
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		4.124.180.804,32	6.703.209.272,59
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		1.137.685.273,66	1.474.246.095,94
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.934.573.291,46	1.806.791.651,53
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.042.299.435,55	3.411.460.440,25
Outros Pagamentos Extraorçamentários		9.622.803,65	10.711.084,87
Variação Cambial			9.991,21
Valores em Trânsito		0,05	10.701.093,66
		9.622.803,60	
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		11.347.675.601,53	11.889.899.771,93
Caixa e Equivalentes de Caixa		11.347.675.601,53	11.889.899.771,93
TOTAL (V = VI + VII + VIII + IX)	<u>20</u>	74.151.975.479,70	76.509.671.890,34

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	NE	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		2.956.751.831,41	4.282.778.003,83
Ingressos		58.305.859.151,04	61.289.124.608,22
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		149.804.658,97	155.232.279,45
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		1.320.012.788,53	3.473.843.402,60
Remuneração das Disponibilidades		856.906.848,12	831.080.112,47
Outras Receitas Derivadas e Originárias		16.347.983,09	20.020.384,36
Transferências Recebidas		1.192.645,66	9.935.803,76
Outros Ingressos Operacionais		55.961.594.226,67	56.799.012.625,58
Desembolsos		-55.349.107.319,63	-57.006.346.604,39
Pessoal e Demais Despesas		-23.558.582.143,07	-22.542.393.842,38
Juros e Encargos da Dívida		-448.799.738,99	-312.611.784,34
Transferências Concedidas		-221.772.231,57	-328.873.966,45
Outros Desembolsos Operacionais		-31.119.953.206,00	-33.822.467.011,22
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-3.648.709.075,79	-4.146.458.057,49
Ingressos		22.736.355,49	8.750.832,26
Alienação de Bens		21.736.721,51	8.128.639,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		999.633,98	622.193,26
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Desembolsos		-3.671.445.431,28	-4.155.208.889,75
Aquisição de Ativo Não Circulante		-2.681.461.307,63	-2.498.374.160,03
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-2.499.663,63	-2.329.950,00
Outros Desembolsos de Investimentos		-987.484.460,02	-1.654.504.779,72
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		149.733.073,98	1.235.392.573,80
Ingressos		928.381.850,64	1.802.773.868,80
Operações de Crédito		928.381.850,64	1.802.773.868,80
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
Desembolsos		-778.648.776,66	-567.381.295,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-778.648.776,66	-567.381.295,00
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (IV = I + II + III)	21	-542.224.170,40	1.371.712.520,14
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		11.889.899.771,93	10.518.187.251,79
Caixa e Equivalente de Caixa Final		11.347.675.601,53	11.889.899.771,93

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019		-	-	-	-	-	94.287.884.066,40	-	-	94.287.884.066,40
Varição Cambial		-	-	-	-	-	63.924.647,53	-	-	63.924.647,53
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	20.176.701,71	-	-	20.176.701,71
Aumento/Redução de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de		-	-	-	-	-	-29.691.178,08	-	-	-29.691.178,08
Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	1.689.068.215,95	-	-	-1.689.068.215,95
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019		-	-	-	-	-	92.653.226.021,61	-	-	92.653.226.021,61

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020		-	-	-	-	-	92.653.226.021,60	-	-	92.653.226.021,60
Varição Cambial		-	-	-	-	-	280.068.385,24	-	-	280.068.385,24
Ajustes de Exercícios Anteriores	22	-	-	-	-	-	-29.878.649.186,47	-	-	-29.878.649.186,47
Aumento/Redução de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de		-	-	-	-	-	274.528,75	-	-	274.528,75
Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	15	-	-	-	-	-	-8.005.348.144,86	-	-	-8.005.348.144,86
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020		-	-	-	-	-	55.049.571.604,26	-	-	55.049.571.604,26

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Órgão Superior Comando da Aeronáutica foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI (Macrofunções editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos por dano ao patrimônio, empréstimos e financiamentos concedidos e adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis.

É constituído também pelo ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda, os produtos acabados e os em elaboração, o almoxarifado, os materiais em trânsito e os terrenos. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(e) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, em sua grande maioria, os empréstimos e os financiamentos concedidos. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, à amortização ou à exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(h) Depreciação dos bens móveis e imóveis

A vida útil econômica dos bens móveis é estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta 1.2.3.1.0.00.00 - Bens Móveis.

A depreciação é realizada pelo método linear, com as taxas calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30.



FORÇA AÉREA BRASILEIRA



Para os bens imóveis, o valor depreciado é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUNet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação é iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

(i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do COMAER são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; provisões e demais obrigações.

NOTAS EXPLICATIVAS

1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em “Moeda Nacional” e em “Moeda Estrangeira”.

Tabela 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição

	R\$			
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Moeda Nacional	10.340.210.795,39	10.981.415.124,07	-5,84	91,12
Moeda Estrangeira	1.007.464.806,19	908.484.647,85	10,90	8,88
Total Geral:	11.347.675.601,58	11.889.899.771,92	-4,56	100,00

Fonte: SIAFI

Em 31/12/2020, o item mais representativo desse grupo foi “Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional”, apresentando um saldo aproximado de R\$ 10,3 bilhões, conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional – Composição

	R\$			
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Aplicações Financeiras	8.924.492.525,17	9.497.950.555,55	-6,04	86,31
Recursos – Limite de Saque	1.410.409.047,71	1.478.757.357,85	-4,62	13,64
Bancos	5.309.222,51	4.707.211,17	12,79	0,05
Total Geral:	10.340.210.795,39	10.981.415.124,07	-5,84	100,00

Fonte: SIAFI

O item “Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional” é composto por aplicações financeiras, recursos do limite de saque da conta única e bancos.

A rubrica “Recursos – Limite de Saque” compreende, em sua maioria, os registros ocorridos na conta “Limite de Saque C/Vinc. Pagto – Ordem Pagto – OFSS”, representando os valores que aguardam autorização de pagamento e posterior emissão da ordem bancária.

Em relação à rubrica “Bancos”, o valor apresentado concerne, substancialmente, a registros de garantias contratuais efetuados por Unidades Gestoras do COMAER.

No item analisado, destacam-se, ainda, as aplicações financeiras que representam cerca de 86% do montante. Essas aplicações são efetuadas e gerenciadas, majoritariamente, pelo Fundo Aeronáutico, conforme legislação: Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, Portaria nº 345 MF, de 29 de dezembro de 1998, Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 e Instrução Normativa STN nº 4, de 30 de agosto de 2004, sendo o montante aproximado de 1% aplicado e gerenciado pela CFIAe.

As aplicações financeiras estão concentradas em maior volume no item “CTU - Recursos da Conta Única Aplicados”, como se verifica abaixo:

Tabela 03 – Aplicações Financeiras – Composição

	R\$			
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
CTU – Recursos da Conta Única Aplicados	4.498.627.739,37	768.672.053,86	485,25	50,41
Certificados de Depósitos Bancários	3.478.000.000,00	7.805.520.980,34	-55,44	38,97
Poupança	480.081.793,83	-	100,00	5,38
Fundo de Aplicação Financeira	467.782.991,97	456.051.522,10	2,57	5,24
Outras Aplicações Financ. Liq. Imediata	-	467.705.998,75	-100,00	0,00
Total Geral:	8.924.492.525,17	9.497.950.555,05	-6,04	100,00%

Fonte: SIAFI

Os valores do citado item “CTU - Recursos da Conta Única Aplicados” representam o Capital de Giro utilizado pela Setorial Financeira do COMAER para atendimento às demandas das Unidades Gestoras Executoras, nas fontes do Fundo Aeronáutico, sendo uma parcela aproximada de 2% aplicada pela CFIAe. Ressalta-se que a variação ocorrida no referido item se deve, predominantemente, à mudança na estratégia de aplicação financeira adotada por este Comando, em virtude à queda acentuada dos juros ofertados pelas instituições financeiras atrelado à manutenção de taxas muito atrativas pelo Aplicafin.

A conta “Certificados de Depósitos Bancários” representa as aplicações a esse título junto às maiores instituições financeiras do Brasil, com vencimentos cadenciados de forma a manter um fluxo de caixa compatível com as necessidades do COMAER. Sua variação em 55,44% ocorreu em razão dos vencimentos em CDB que foram resgatados para o Aplicafin, dado que este apresentou melhor taxa do que aquele. A taxa referencial para aplicações financeiras de crédito privado, o DI, caiu de 4,40% a.a em janeiro para 1,90% a.a em novembro. Por sua vez, os valores aplicados na Conta Única, apesar de terem uma queda na taxa de 10,37%, em janeiro, para 8,47%, em novembro, permaneceu em 2020 sempre acima das remunerações em CDB, em média 271% maior no mesmo período.

O item “Fundo de Aplicação Financeira” representa as aplicações em dois fundos exclusivos de renda fixa. Ambos estão com o devido registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A variação negativa nos saldos da conta “Outras Aplic. De Liq. Imediata.” decorre da transferência de saldos para a conta “Poupança”, ocorrida no Comando da Aeronáutica para fins de aprimoramento de registro contábil. Em 31/12/2019, o saldo de “Outras Aplic. Financ. Liq. Imediata” era de R\$ 467.705.998,75, tendo sido reduzido para zero em 31/12/2020. Já o estoque de “Poupança”, anteriormente sem apropriações, aumentou para R\$ 480.081.793,83 em 31/12/2020.

Ressalta-se que o COMAER possui uma Comissão Gestora do Fundo Aeronáutico, conforme previsto no art. 6º do Regimento Interno da Diretoria e Economia e Finanças da Aeronáutica, onde são definidas as políticas de investimento, bem como a gestão de risco e de fluxo de caixa. Essa Comissão tem como principal orientação o princípio do conservadorismo, tendo em vista que se aplicam recursos públicos, inseridos na Lei Orçamentária da União.

2 – Créditos a Curto Prazo

Em 31/12/2020, o item “Créditos a Curto Prazo” possui a rubrica “Empréstimos e Financiamentos Concedidos”, apresentando saldo total de R\$ 2.974.419,61. O valor de R\$ 1.899.825,26 corresponde ao

saldo atualizado de empréstimos, que, concedidos sob determinadas condições e com recursos próprios da CFIAe, permitem ao beneficiário ampliar ou reformar sua moradia ou construí-la em seu próprio terreno. O montante de R\$ 1.074.594,35 corresponde aos contratos de financiamentos firmados entre a CFIAe e seus mutuários, de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação. As condições de reajuste, atualização dos saldos e prazos são as mesmas estabelecidas pelo BNH/CEF.

3 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Em 31/12/2020, o item “*Demais Créditos e Valores a Curto Prazo*” possuía um saldo de R\$ 419.235.402,18. Os valores mais expressivos desse montante, conforme Tabela 04, referem-se à rubrica “*13º Salário – Adiantamento*”, provenientes de registros de adiantamento de décimo terceiro salário, a pessoal civil e militar, realizada pela Subdiretoria de Pagamento de Pessoal – SDPP, a qual é responsável pelo planejamento, orientação, coordenação, execução e controle das atividades de pagamento de pessoal da Aeronáutica, no país e no exterior.

Em seguida, o item é composto pelo registro da apropriação de rendimentos por competência de aplicações financeiras com rendimentos pré-fixados. Ressalta-se que a variação constante da rubrica “*Rendimentos de Aplicações Pré-Fixados*” se deve, basicamente, ao registro de resgate de aplicações financeiras de recursos da conta única, ocorridas no período em análise.

No tocante ao saldo da rubrica “*Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada*” representa a rotina do Termo de Execução Descentralizada (TED), definida pela STN, indicando a apropriação de ativo na UG descentralizadora e, na UG recebedora, o registro da obrigação decorrente de recursos pendentes de comprovação.

O item “*Remuneração Recursos Aplicados na CTU a Receber*” apresentou variação positiva devido ao registro do direito do COMAER, relativo aos rendimentos de aplicações de recursos da na conta única, junto à COFIN, referentes ao terceiro decêndio de 2020.

No que concerne ao item “*Créditos por Dano ao Patrimônio Público*” é composto por valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos oriundos de danos ao patrimônio, já deduzido o ajuste para perdas.

Este item, após o ajuste para perdas, representa 0,98% do total do item em análise. Os procedimentos de registro, baixa e atualização dos saldos são efetuados de acordo com a Macrofunção 02.11.38 - Diversos Responsáveis, do Manual SIAFI.

O “*Ajuste para Perdas*” indica a significativa probabilidade de não realização dos créditos a receber. O referido ajuste foi efetuado pelo COMAER com a finalidade de evidenciar de forma fidedigna os créditos por dano ao patrimônio público. Para sua constituição, foram utilizados, como critério, os créditos administrativos por dano ao patrimônio que foram objeto de julgamento pelo TCU, os quais ainda se encontram pendentes de recebimento, após cinco anos da sua inscrição no SIAFI, conforme determina o item 2.7.2 da Macrofunção 02.11.38 –Diversos Responsáveis, do Manual SIAFI.

Ressalta-se que a variação negativa no referido ajuste, no período em análise, provém do registro de reversão, em virtude de cancelamento de processo administrativo de ressarcimento ao erário em Unidade

Gestora deste Órgão, para que novo procedimento seja instaurado a fim de se apurar herdeiros e as respectivas responsabilidades.

Por fim, a rubrica “*Demais*” apresenta, em sua maioria, os valores de adiantamento a pessoal quanto à remuneração no período de férias, quando o servidor ou militar opta pelo adiantamento do salário no gozo de férias e a valores provenientes de suprimentos de fundos ou a execução de pagamentos antecipados por meio do cartão de pagamento do Governo Federal.

Tabela 04 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição

	R\$			
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
13º Salário – Adiantamento	211.487.370,66	4.687.417,52	4411,81	50,45
Rendimentos de Aplicações Pré-fixados	144.619.782,19	303.977.899,99	-52,42	34,50
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	44.252.360,84	37.195.693,42	18,97	10,56
Remuneração Recursos Aplicados na CTU a Receber	7.804.603,45	1.229.409,22	534,83	1,86
Créditos por Danos ao Patrimônio Público	4.117.788,70	3.814.919,15	7,94	0,98
Créditos por Danos ao Patrimônio Público	4.671.723,69	4.385.196,15	6,53	-
(-) Ajuste para Perdas – Subgrupo 113 (C/C 090)	(553.934,99)	(570.277,00)	-2,87	-
Demais	6.953.496,34	5.068.705,08	37,18	1,66
Total Geral:	419.235.402,18	355.974.044,38	17,77	100,00

Fonte: SIAFI

Quanto à variação ocorrida no item “13º Salário – Adiantamento”, ressalta-se que:

A Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento define os procedimentos contábeis relacionados à apropriação de 13º salário, tais como:

A apropriação mensal por competência é necessária na medida em que cada mês trabalhado pelo servidor ou empregado enseja necessidade de reconhecimento da obrigação do duodécimo de 13º Salário. Assim, após a apropriação mensal por competência e dos pagamentos relativos, deve-se realizar a confrontação do saldo de 13º salário – adiantamento com o da conta 13º salário a pagar, baixando-se uma contra a outra, no menor saldo das duas; e

No mês de dezembro, deve-se confrontar o saldo acumulado das contas de Variação Patrimonial Diminutiva de 13º Salário com os valores brutos de pagamento de 13º Salário disponíveis nos relatórios de despesas de pessoal, antes de proceder à rotina mensal de confrontação dos saldos, prevista no item anterior.

No entanto, a Unidade Pagadora de Pessoal do Comando da Aeronáutica realizou equivocadamente as rotinas supracitadas, o que concorreu para a existência da variação de saldo, em relação ao item analisado, no último dia do exercício.

Ademais, com base em orientação contida no item 47 da NBC TSP 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a retificação foi conduzida em janeiro de 2021, após o fechamento do SIAFI 2020, e será demonstrada no próximo conjunto de Demonstrações (1º trimestre de 2021).

4 – Estoques

Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP 04) – Estoques, do Conselho Federal de Contabilidade, os estoques compreendem bens adquiridos e mantidos para revenda, incluindo, por exemplo, mercadorias compradas para revenda ou terrenos e outros imóveis para venda. Além disso, incluem, também, produtos acabados, produtos em processo de produção, matérias-primas e materiais aguardando a utilização no processo de produção e bens adquiridos ou produzidos pela entidade para distribuição a terceiros, gratuitamente ou por valor irrisório.

Em 31/12/2020, o COMAER apresentou no subgrupo “*Estoques*”, um saldo de R\$ 6.778.529.274,26, composto, principalmente, de estoques de materiais de consumo, conforme tabela abaixo:

Tabela 05 – Estoques – Composição

	R\$			
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Materiais de Consumo	1.905.863.079,38	1.935.969.666,24	-1,56	28,12
Material Cons – Estoque Interno – Para Distribuir	1.871.045.117,78	809.470.073,85	131,14	27,60
Importações em Andamento – Estoques	1.039.100.619,49	843.403.714,73	23,20	15,33
Material de Consumo em Trânsito	811.508.791,99	1.356.359.704,50	-40,17	11,97
Matérias-Primas – Armazéns de Terceiros	468.535.334,43	475.989.046,07	-1,57	6,91
Estoques Sobressalentes a Alienar	264.170.494,66	183.783.473,45	43,74	3,90
Matérias-Primas – Arm de Terceiros – Para Distribuir	253.342.043,93	195.348.789,18	29,69	3,74
Estoques Sobressalentes a Reparar	97.077.475,68	29.269.649,84	231,67	1,43
Demais	67.886.316,92	54.898.348,98	23,66	1,00
Total Geral:	6.778.529.274,26	5.884.492.466,84	15,19	100,00

Fonte: SIAFI

O item “*Materiais Cons - Estoque Interno - para Distribuir*” apresentou variação de 131,14%, no período em análise, proveniente, em maioria, da reclassificação de saldos da conta “*Importações em Andamento - Estoques*”, oriundos de suprimento de proteção ao voo, relacionados com peças de reposição de radares e sistemas de comunicação, vindos do exterior.

A variação negativa observada no item “*Materiais de Consumo em Trânsito*” versa, principalmente, sobre a transferência de saldos provenientes da conta “*Materiais de consumo – Estoque Interno – para Distribuir*” efetuada por Unidades Gestoras do COMAER.

No que concerne ao item “*Estoques Sobressalentes a Reparar*”, a variação de 231,67% refere-se, majoritariamente, a peças relacionadas a suprimentos de aviação, para fins de reparo ou manutenção, aguardando o seu encaminhamento para a oficina ou outro estabelecimento responsável pelo reparo.

Ressalta-se, ainda, que o item “*Demais*” agrega, principalmente, estoques de matérias-primas e de sobressalentes. Contempla, também, os estoques de “*terrenos*” e “*imóveis retomadas*” registrados na CFIAe decorrentes de sua atividade operacional.

5 – Ativo Realizável a Longo Prazo

O saldo que forma a rubrica em análise é composto, majoritariamente, por financiamentos concedidos a receber, títulos a receber, empréstimos concedidos a receber, todos referentes às operações da CFIAe. Ainda, observa-se o item “Créditos por Danos ao Patrimônio Público”, cujo valor está registrado no COMAER. Na Tabela 06, apresentam-se os itens com os respectivos saldos e variações.

Tabela 06 – Ativo Realizável a Longo Prazo – Composição

	R\$			
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Financiamentos Concedidos a Rec – Exceto Fat	16.733.386,36	15.392.894,46	8,71	53,10
Títulos a Receber	11.650.327,42	11.205.509,98	3,97	36,47
Empréstimos Concedidos a Receber	2.641.962,59	2.316.767,43	14,04	8,38
Créditos por Dano ao Pat. Público – Decisão TCU	0,00	0,00	-	-
Créditos por Dano ao Pat. Público – Decisão TCU	32.079.445,48	31.205.379,02	2,80	-
(-) Ajuste para perdas de créditos apurados em TCE	(32.079.445,48)	(31.205.379,02)	-	-
Demais	488.285,27	236.188,95	106,74	1,55
Total Geral:	31.513.961,64	29.151.360,82	8,10	100,00

Fonte: SIAFI

A rubrica “Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT” corresponde aos contratos de financiamentos firmados entre a CFIAe e seus mutuários, de acordo com as normas do Sistema Financeiro Habitacional (SFH). As condições de reajuste, atualização dos saldos e prazos são as mesmas estabelecidas pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Os “Títulos a Receber” correspondem aos créditos a receber do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), administrado pela CEF, relativos aos saldos devedores dos financiamentos habitacionais existentes no encerramento do prazo dos contratos firmados com mutuários, de acordo com as normas do SFH.

Os “Empréstimos Concedidos a Receber” correspondem ao saldo atualizado de empréstimos, que, concedidos sob determinadas condições e com recursos próprios da CFIAe, permitem ao beneficiário ampliar ou reformar sua moradia ou construí-la em seu próprio terreno.

A rubrica “Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU” representam direitos provenientes de danos ao patrimônio apurados em Tomadas de Contas Especial, as quais foram objeto de análise pelo TCU, com Acórdãos que julgaram as contas dos responsáveis como irregulares, com imposição de débito ao responsável. Esta rubrica obedece aos mesmos critérios estabelecidos para o item “Créditos por Dano ao Patrimônio”, no curto prazo, conforme determinado na Macrofunção 02.11.38 – Diversos Responsáveis.

O item “Demais” tem relação com os depósitos judiciais efetuados e os depósitos para garantias contratuais. Ressalta-se que a variação positiva ocorrida neste item se refere à transferência de saldo de caução para o longo prazo, tendo em vista a renovação contratual.

6 – Imobilizado

Em 31/12/2020, o Órgão Superior COMAER apresentou um saldo de R\$ 116.457.897.555,87 relacionado ao imobilizado. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o período em análise:

Tabela 07 – Imobilizado – Composição

	R\$		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Bens Móveis	30.512.131.323,59	27.864.995.888,46	9,50
(+) Valor Bruto Contábil	31.754.859.363,53	29.670.760.831,01	7,02
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. De Bens Móveis	(1.242.728.039,94)	(1.805.764.942,55)	-31,18
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Bens Imóveis	85.945.766.232,28	84.392.125.401,35	1,84
(+) Valor Bruto Contábil	86.987.822.122,48	85.357.006.536,11	1,91
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis	(1.042.055.890,20)	(964.881.134,76)	8,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total Geral:	116.457.897.555,87	112.257.121.289,81	3,74

Fonte: SIAFI

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão Superior 52111, em 31/12/2020, totalizavam R\$ 30.512.131.323,60, após deduzida a depreciação, e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 08 – Bens Móveis – Composição

	R\$		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Bens Móveis em Elaboração	14.391.697.110,90	12.974.267.268,46	10,92
Aeronaves	4.398.297.669,90	3.431.277.303,41	28,18
Bens Móveis em Reparo	3.083.813.526,42	4.260.783.754,04	-27,62
Importações em Andamento – Bens Móveis	1.846.991.577,84	1.433.275.433,70	28,87
Bens Móveis em Trânsito	1.294.124.056,40	1.641.047.270,65	-21,14
Equipamentos, Peças e Acessórios Proteção ao Voo	1.224.279.193,32	1.263.460.012,30	-3,10
Estoque de Distribuição	833.586.481,06	747.789.625,38	11,47
Bens Móveis a Aliengar	606.367.782,25	87.118.135,81	596,03
Demais Bens Móveis	4.075.701.965,45	3.831.742.027,26	6,37
Depreciação/ Amortização Acumulada	(1.242.728.039,94)	(1.805.764.942,55)	-31,18
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Total Geral:	30.512.131.323,60	27.864.995.888,46	9,50

Fonte: SIAFI

Ressalta-se que a variação apresentada na conta “Aeronaves” ocorreu, dentre outros motivos, em função da incorporação de saldo proveniente da conta “Bens móveis em reparo”.

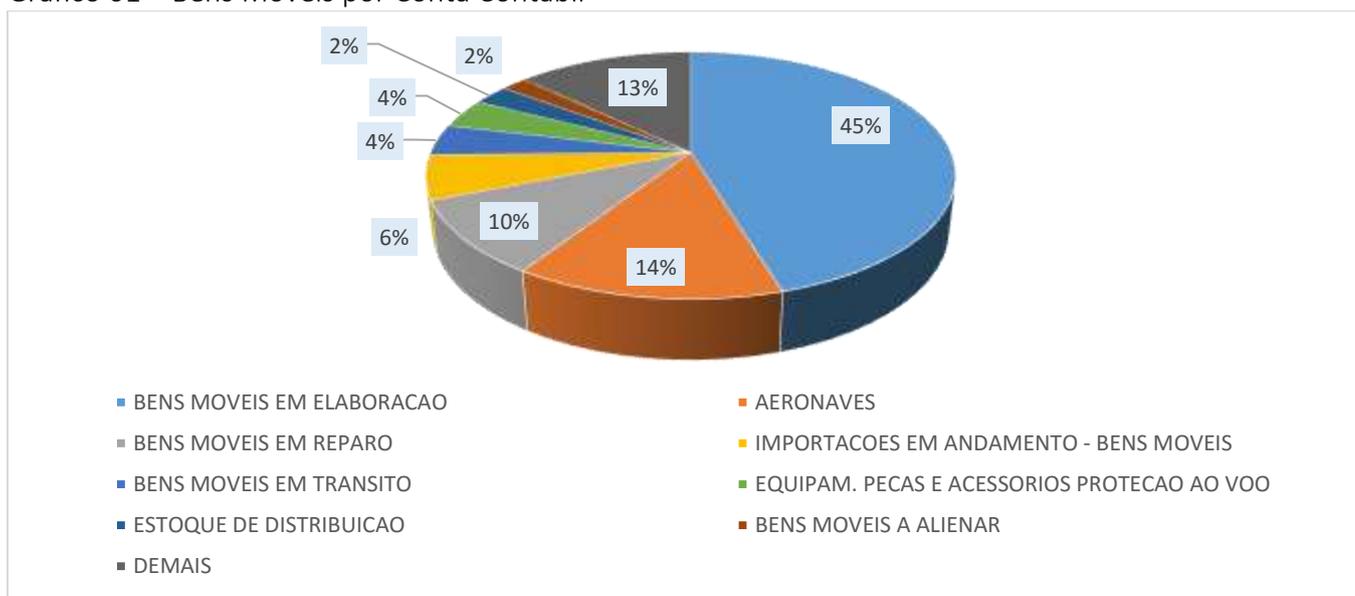
No tocante ao item “*Importações em Andamento – Bens Móveis*”, a variação ocorrida guarda relação, em sua maioria, com o aumento na aquisição de equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos, relacionados ao Projeto F-X2, conforme detalhado na [Nota Explicativa nº 8 – Empréstimos e Financiamentos](#).

Quanto à variação positiva no item “*Bens Móveis a Alienar*”, cuja representatividade é cerca de 2% do total dos bens móveis do COMAER, conforme observado no Gráfico 01, provém da reclassificação de saldo da conta “*Aeronaves*”, após serem avaliadas como inservíveis.

Por último, informa-se que a variação apresentada nos saldos do item “*Depreciação Acumulada*” se deve, em grande parte, às reavaliações de ativo para menor, comprovada no aumento de registros de despesa com reavaliação.

Conforme o Gráfico 01, a seguir, os Bens Móveis do COMAER estão mais concentrados nos itens “*Bens Móveis em Elaboração*” e “*Aeronaves*”, com representatividade de mais de 59%, seguidos por “*Bens Móveis em Reparo*” e “*Importações em Andamento – Bens Móveis*”.

Gráfico 01 – Bens Móveis por Conta Contábil



Fonte: SIAFI

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão Superior 52111, em 31/12/2020, totalizavam R\$ 85.945.766.232,27, depois de deduzida a depreciação. Estes estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na Tabela 09, a seguir.

Tabela 09 – Bens Imóveis – Composição

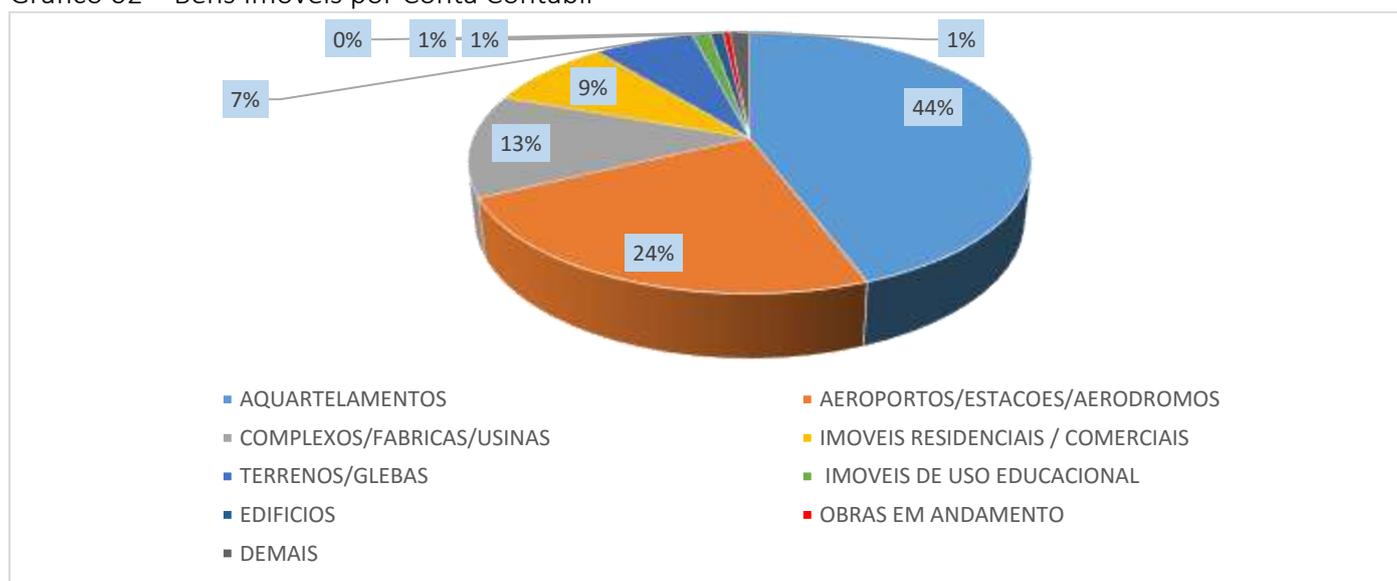
	R\$		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Aquartelamentos	38.543.087.792,73	37.645.132.766,33	2,39
Aeroportos/Estações/Aeródromos	20.441.174.438,33	20.175.214.877,70	1,32
Complexos/Fábricas/Usinas	10.999.565.989,31	10.988.450.374,85	0,10
Imóveis Residenciais/Comerciais	7.596.762.047,45	7.506.426.802,55	1,20
Terrenos/Glebas	5.952.068.468,97	5.392.319.059,56	10,38
Imóveis de Uso Residencial	1.079.935.647,98	1.079.935.647,98	-
Edifícios	777.226.371,16	743.506.769,67	4,54
Obras em Andamento	401.392.504,64	639.795.123,01	-37,26
Demais Bens Imóveis	1.196.608.861,90	1.186.225.114,46	0,88
Depreciação/ Amortização Acumulada	(1.042.055.890,20)	(964.881.134,76)	8,00
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Total Geral:	85.945.766.232,27	84.392.125.401,36	1,84

Fonte: SIAFI

Destaca-se que a variação negativa observada na conta “Obras em Andamento” está relacionada, predominantemente, à transferência de bens imóveis para a conta “Bens Imóveis a Classificar/Registrar”, em virtude de término de construções ou reformas.

Elucida-se que todos os bens imóveis, reconhecidos no Balanço Patrimonial do Órgão Superior 52111, dizem respeito a bens de uso especial registrados no SPIUNet, sendo os mais relevantes os itens “Aquartelamentos” e “Aeroportos/estações/aeródromos”, os quais correspondem em torno de 68% de todos os bens imóveis, perfazendo o montante de R\$ 58.984.262.231,06, a valores brutos, seguidos por “Complexos/Fábricas/Usinas” e “Imóveis Residenciais/comerciais”, conforme pode ser observado no Gráfico 02 a seguir.

Gráfico 02 – Bens Imóveis por Conta Contábil



Fonte: SIAFI

Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

A vida útil econômica dos bens imóveis, os critérios de avaliação, a mensuração e a depreciação obedecem às normas do Sistema do Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNet.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 10.180/2001, as NBCASP e o MCASP. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014.

Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, das autarquias e das fundações públicas federais deverão ser reavaliados, por exemplo, quando nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; e aqueles em que houver alteração de área construída, independentemente do valor investido, e, também, caso seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e as características específicas dos imóveis e os preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

O Órgão Superior 52111 segue a metodologia para reavaliação e redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor dos ativos conforme as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e do Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUNet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, controlados pelo SPIUNet.

O SPIUNet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto para a depreciação, que, por sua vez, é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, a fim de que seja contabilizado no SIAFI.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o

que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

7 – Intangível

O COMAER adotou medidas para implantação dos procedimentos patrimoniais relativos ao intangível, estabelecidos na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015. Nesse sentido, foi desenvolvido o sistema de controle de gerenciamento dos bens intangíveis, proporcionando às UG do Comando da Aeronáutica a implantação da política contábil de registro e a reclassificação de bens intangíveis, bem como a amortização, a reavaliação e a redução ao valor recuperável de *softwares*, de marcas, de patentes, de licenças e congêneres.

Em 31/12/2020, o Órgão Superior 52111 apresentou um saldo de R\$ 234.987.342,97 relacionados a intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, no 4º trimestre de 2020:

Tabela 10 – Intangível – Composição

	R\$			
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Softwares em Fase de Desenvolvimento – Vida Útil Indefinida	197.683.906,23	174.723.617,76	13,14	84,13
Softwares – Vida Útil Definida	34.085.698,98	14.410.423,65	136,54	14,51
Softwares – Vida Útil Indefinida	4.288.410,31	1.212.515,99	253,68	1,82
Amortização Acumulada	(1.070.672,55)	(318.477,70)	236,18	-0,46
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-	-
Total Geral:	234.987.342,97	190.028.079,70	23,66	100,00

Fonte: SIAFI

O valor mais expressivo do item em análise provém da rubrica “*Software em Fase de Desenvolvimento – Vida Útil Indefinida*”, representando quase 85% deste item, referentes à área de controle do espaço aéreo nacional, gerenciados pela Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo – CISCEA.

Ressalta-se, ainda, que as variações positivas ocorridas nos itens “*Softwares – vida útil definida*” e “*Softwares – vida útil indefinida*” deve-se, em sua maioria, à obtenção de software para automação de projetos para placas de circuito impresso e de licenciamento de direitos de uso de softwares, respectivamente.

Por fim, a variação positiva no item “*Amortização Acumulada*” decorre dos registros contábeis mensais de amortização, adotados pelas Unidades Gestoras do COMAER, em sua totalidade, desde sua implantação.

8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

O saldo do item em análise consiste somente nas obrigações de curto prazo e é composto pelos saldos de salários, remunerações e benefícios a pagar, seguidos de férias a pagar e benefícios assistenciais a pagar.

Tabela 11 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais – Composição

	R\$	
	31/12/2020	AV (%)
Salários, Remunerações e Benefícios	1.144.306.833,32	95,26
Férias a Pagar	52.426.052,54	4,36
Benefícios Assistenciais a Pagar	4.350.190,15	0,36
Benefícios Previdenciários	137.177,27	0,01
Total Geral:	1.201.220.253,28	100,00

Fonte: SIAFI

O item “Benefícios Previdenciários” advém de proventos de aposentadoria, reformas ou pensões.

Ressalta-se que os passivos de férias são registrados por competência, de acordo com os procedimentos contábeis previstos no Manual SIAFI, Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento, da STN.

9 – Empréstimos e Financiamentos

Na data de 31/12/2020, o COMAER apresentou saldo de R\$ 13.803.885.609,54, referente a financiamentos a curto e a longo prazo, concentrados em sua totalidade no Órgão Comando da Aeronáutica. O item é composto integralmente por financiamentos externos efetuados pelo COMAER, conforme a tabela abaixo.

Tabela 12 – Empréstimos e Financiamentos a Curto e Longo Prazo – Composição

	R\$			
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Financiamentos do Ativo Permanente	13.803.724.053,87	10.249.331.888,27	34,68	100,00
Financiamentos para Const. De Imóveis Habitacionais	161.555,67	156.581,60	3,18	0,00
Total Geral:	13.803.885.609,54	10.249.488.469,87	34,68	100,00

Fonte: SIAFI

A conta “Financiamentos do ativo permanente” representa a totalidade do saldo em análise e refere-se à apropriação de passivos decorrentes do financiamento de aquisição/desenvolvimento de bens e serviços relacionados à defesa nacional, contratados junto às instituições financeiras SOCIETE GENERALE (EX9863600) e SWEDISH EXPORT CREDIT CORPORATION – SEK (EX9867800), ajustados por variação cambial (conforme Macrofunção 02.03.10 – Obrigações Internas e Externas, do Manual SIAFI).

A contratação do financiamento com o Sindicato de Bancos liderado pelo banco SOCIETE GENERALE suporta as aquisições de bens e serviços que compõem o Projeto H-X BR, cujo objeto é a aquisição de 50 Helicópteros de médio porte e suporte logístico.

A contratação do financiamento com a agência governamental sueca SWEDISH EXPORT CREDIT CORPORATION – AB SEK suporta as aquisições de bens e serviços que compõem o Projeto F-X2, cujo objeto é a aquisição de 28 (vinte e oito) aeronaves de caça multiemprego monoposto e 8 (oito) aeronaves de caça multiemprego biposto.

Em relação aos financiamentos acima, as incorporações ocorrem em função dos desembolsos realizados e as baixas em função dos repagamentos da dívida externa. Acréscimos e baixas ainda podem ocorrer em razão de variação cambial, visto que as dívidas são nominadas em euro, dólar norte-americano e coroa sueca. Cabe esclarecer que as variações cambiais são controladas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e que os valores do saldo devedor são ajustados conforme orientação mensal enviada pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV/GECOD da STN, que determina tal ajuste a partir das informações extraídas do Sistema Integrado da Dívida Pública – SID, conforme Macrofunção 02.03.10 – Obrigações Internas e Externas.

Ressalta-se que a variação de 34,68% ocorrida nesse item decorre, principalmente, do registro da variação cambial positiva da dívida contratual externa de longo prazo, do projeto F-X2, baseado nas informações atualizadas, relativas ao estoque da dívida correspondente aos contratos externos do COMAER, enviadas pela STN, bem como nas orientações contidas na Macrofunção 02.03.10 – Obrigações Internas e Externas.

No período em análise, em relação ao banco SOCIETE GENERALE (SIAFI 001601), foi desembolsada a quantia de **EUR 47.454.705,15** no exercício financeiro de 2020. Foram realizados repagamentos nas quantias de **EUR 133.079.741,51**, referente à amortização da dívida e **EUR 29.195.717,15** referente a juros e encargos.

Em relação à agência governamental sueca SWEDISH EXPORT CREDIT CORPORATION – AB SEK (SIAFI 011774), no que se refere às transações em dólar norte-americano, foi desembolsado o valor de **USD 13.217.000,00** no exercício financeiro de 2020. E foram realizados repagamentos no valor de **USD 2.305.714,48** referente a juros e encargos.

Também em relação à agência governamental sueca SWEDISH EXPORT CREDIT CORPORATION – AB SEK (SIAFI 011775), no que se refere às transações em coroa sueca, foi desembolsado o valor de **SEK 1.384.188.973,49** no exercício financeiro de 2020. E foram realizados repagamentos no valor de **SEK 458.948.823,75** referente a juros e encargos.

O item “*Financiamentos para construção de imóveis habitacionais*” decorre de empréstimos obtidos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) para construção de unidades habitacionais, cujo saldo remanescente é atualizado mensalmente de acordo com as normas do SFH. A CFIAe aguarda a liberação do Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS para quitação do saldo com encontro de contas.

10 – Fornecedores a Pagar

Em 31/12/2020, o COMAER apresentou um saldo de R\$ 30.149.754,72 relacionado a Fornecedores e Contas a Pagar, no curto prazo. A seguir, apresentam-se as referidas obrigações segregadas pelos principais contratados.

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Contratado

	R\$	
	31/12/2020	AV (%)
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A	4.231.317,09	6,87
AEL SISTEMAS S/A	1.891.301,31	6,27
JETFLY REVENDENDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	1.632.084,28	5,41
EMBRAER S/A	1.616.820,86	5,36
Demais	20.778.231,18	68,92
Total Geral:	30.149.754,72	100,00

Fonte: SIAFI

Em referência aos dados da Tabela 13, elucida-se que os passivos com os fornecedores decorrem, predominantemente, da aquisição de bem/serviços de suporte logístico de aeronaves, além da aquisição de combustíveis e lubrificantes de aviação.

11 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Na data de 31/12/2020, o Órgão Superior COMAER apresentou um saldo de R\$ 859.882.615,82, referente ao item “Demais Obrigações a Curto Prazo”. O citado item é composto, majoritariamente, pelo saldo da conta “Transferências Financeiras a Comprovar - TED”. Em seguida, as rubricas, “Depósitos de Terceiros”, “Convênios e Instrumentos Congêneres” e “Depósitos e Cauções Recebidos”, representa 27,77% do total do item em análise.

O item “Demais” representa, dentre outras, as rubricas “Indenizações, Restituições e Compensações” e “Impostos e Contribuições Diversos Devidos ao Tesouro”. A seguir, tem-se a Tabela 14 com a composição do desse saldo.

Tabela 14 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Composição

	R\$			
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Transferências Financeiras a Comprovar – TED	616.770.134,82	617.026.630,86	-0,04	71,73
Depósitos de Terceiros	227.279.212,67	231.425.494,76	-1,79	26,43
Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar	8.497.456,46	-	-	0,99
Depósitos e Cauções Recebidos	3.023.840,30	2.215.916,55	36,46	0,35
Demais	4.311.971,57	2.104.041,59	104,94	0,50
Total Geral:	859.882.615,82	852.772.083,76	0,83	100,00

Fonte: SIAFI

O saldo da rubrica “Transferências Financeiras a Comprovar - TED”, que corresponde a 72% do total do item analisado, decorre da rotina do Termo de Execução Descentralizada (TED), definida pela STN, a partir do exercício 2019, indicando a apropriação de ativo na UG descentralizadora e, na UG recebedora, o registro da obrigação, decorrente de recursos pendentes de comprovação.

No que concerne ao item “*Depósitos de Terceiros*”, o item é composto, de forma predominante, de tarifas cobradas pela utilização de informações aeronáuticas, tráfego aéreo, meteorologia e outros serviços auxiliares de proteção ao voo, no período em análise.

Em seguida, a variação ocorrida no item “*Demais*” refere-se à conta “*Indenizações, Restituições e Compensações*” devido à apropriação de indenizações e restituições relacionadas à licença especial concedida a pessoal militar ativo e inativo, conforme legislação em vigor.

12 – Provisões a Curto e Longo prazo

A provisão registrada na conta contábil 2.2.7.9.1.06.00 do Comando da Aeronáutica é oriunda do estudo atuarial das pensões de militares elaborado pelo Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV) e pela Diretoria de Finanças da Marinha (DFM), a pedido do Ministério da Defesa.

Para o ano de 2020, a provisão de pensões de militares da Força Aérea Brasileira, **considerando as pensões concedidas e as a conceder**, montou em R\$ 64.325.818.338,29. Em 31 de dezembro de 2019, o valor registrado na conta contábil 2.2.7.9.1.06.00 era de R\$ 25.667.253.207,93, refletindo, naquela ocasião, **apenas o valor das pensões concedidas, em um horizonte temporal de 16 anos**, de acordo com a metodologia definida pelo Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), instituído pela Portaria Interministerial nº 55, de 1º de março de 2017, da Casa Civil, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Ministério da Defesa.

Releva-se mencionar que o Tribunal de Contas da União (TCU), no âmbito da auditoria que verificou a precisão da provisão de pensões de militares registrada no Balanço Geral da União (BGU) de 2019 (TC 037.722/2019-0), discordou do lançamento apenas das pensões de militares concedidas, em um horizonte temporal de 16 anos, considerando, assim, subestimado o valor da provisão registrada em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 25.667.253.207,93). Em razão disso, por solicitação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que considerou os cálculos do TCU realizados no âmbito do TC 037.722/2019-0, o Comando da Aeronáutica, em março de 2020, realizou o registro contábil adicional que totalizou a provisão de pensões de militares no montante R\$ 55.436.146.500,84, refletindo, dessa forma, em 31 de março de 2020, **o valor de pensões concedidas e a conceder do Comando da Aeronáutica**.

Destaca-se que a diferença de valor entre a provisão de 31 de dezembro de 2019 e a de 31 de março de 2020 é explicada, principalmente, em razão da inclusão das pensões a conceder e a ampliação do horizonte temporal de 16 para 72 anos. Já a diferença entre a provisão de 31 de março e 31 de dezembro de 2020 (ambas consideram as pensões concedidas e a conceder) é explicada em razão da mudança de metodologia do cálculo da provisão. Enquanto a provisão refletida na posição SIAFI de 31 de março trouxe à valor presente um horizonte temporal de 72 anos das **projeções atuariais** realizadas em 2017, com banco de dados de outubro de 2016, **a provisão de 31 de dezembro de 2020 foi calculada em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-15 – Benefícios a Empregados, utilizando a técnica do Valor Presente Atuarial, com o método de financiamento de Crédito Unitário Projetado, a partir do banco de dados de maio de 2020.**

Na metodologia do Valor Presente Atuarial não há aplicação de um horizonte temporal único para toda a massa, pois o limite é dado pela tábua biométrica inerente ao risco que está sendo avaliado, seja morte ou

invalidez. Assim, para cada idade dos atuais recebedores e dos futuros possíveis recebedores de pensão, é atribuída, ano a ano, a parcela inerente à probabilidade de sobrevivência de acordo com a tábua biométrica adotada, até o limite dela. Em uma linguagem mais simples, pode-se afirmar que o horizonte temporal do atual cálculo abrange todo o período de vida dos atuais recebedores e dos futuros possíveis recebedores de pensões de militares, que no caso pode ser um dependente que ainda não é recebedor, uma vez que os cálculos projetam as probabilidades de constituição de futuros recebedores em função da idade do militar.

Portanto, as metodologias que fundamentaram os números registrados em março e em dezembro de 2020 não permitem a comparação entre esses resultados, seja por conta da metodologia empregada, seja por conta do banco de dados utilizado (outubro de 2016 e maio de 2020, respectivamente).

Conforme já mencionado, o banco de dados utilizado para os cálculos foi o do mês de maio de 2020, sendo a data focal do trabalho simulada para 31 de dezembro desse ano. Destaca-se que a escolha desse banco de dados se deu em razão da estabilidade dos dados do referido mês, que em regra não é influenciado pelos períodos de transição onde ocorrem as incorporações e desincorporações de pessoal militar. Ademais, a necessidade de utilização desse banco de dados foi ratificada pelo tempo necessário para a realização de simulações que permitissem a estimação das remunerações e contribuições anuais de cada ativo, inativo e pensionista para os anos de 2020 a 2024, de acordo com as mudanças advindas com a publicação da Lei nº 13.954/2019.

Metodologia adotada: para o cálculo da provisão de pensões de militares foi utilizada a prevista na NBC-TSP 15, em conformidade com a recomendação contida no item 1.7.2 do Acórdão 1.463/2020/TCU-Plenário. Assim, a provisão foi calculada por meio da técnica do Valor Presente Atuarial, utilizando-se o método de financiamento de Crédito Unitário Projetado. Relewa destacar que, excepcionalmente, na falta de normativos atuariais aplicáveis às pensões de militares, para a seleção das premissas atuariais, os seguintes normativos foram observados, exclusivamente, como *benchmarking*:

- a) Nota SEI nº 4/2020/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME, de 29 de junho de 2020;
- b) Portaria nº 12.223/SPREV, de 14 de maio de 2020;
- c) Instrução Normativa nº 9/SPREV, de 21 de dezembro de 2018; e
- d) Portaria nº 464/MF, de 19 de novembro de 2018.

Dessa forma, as premissas atuariais selecionadas foram as seguintes:

I - Tábuas de mortalidade (ativos, inativos, pensionistas e inválidos): IBGE_2019_Extrap_MPS_Homens e IBGE_2019_Extrap_MPS_Mulheres.

II- Tábua para a entrada em invalidez: Álvaro Vindas.

III - Crescimento da remuneração e proventos:

- a) Remuneração de militares ativos: Para o crescimento da remuneração de militares ativos foi considerado os efeitos da Lei nº 13.954/2019, os quais elevam os valores remuneratórios individuais anuais até o ano de 2024.

Adicionalmente aos efeitos da referida Lei, ao invés de ser utilizada uma taxa única de crescimento salarial por progressão funcional, foi considerada a evolução salarial individual decorrente das promoções previstas na carreira de cada militar ativo de cada Força; e

- b) Proventos de militares inativos e pensões de militares: Para o crescimento da remuneração de militares inativos e pensionistas de militares foi considerado os efeitos da Lei nº 13.954/2019, os quais elevam os proventos individuais anuais até o ano de 2024.

IV – Taxa de inflação: não foram considerados os efeitos de inflação, haja vista que todas as variáveis financeiras seriam influenciadas por essa variável na mesma magnitude e período.

V – Reposição de militares: não houve reposição de militares para os resultados apresentados, em razão de ter sido considerada a população militar de massa fechada.

VI- Alíquotas de Contribuição: as alíquotas de contribuição de ativos, inativos e de pensionistas utilizadas foram as constantes no Art. 3º-A da Lei nº 3.765/1960, com alterações promovidas pela Lei nº 13.954/2019.

VII – Composição familiar:

- a) Benefícios de Pensão a Conceder: foram consideradas, em função das idades dos militares e de seus dependentes, as probabilidades de o militar possuir dependentes vitalícios ou temporários, escolhendo-se aquele dependente que receberá pensão por maior período; e
- b) Benefícios de Pensões Concedidas: foi considerado o conceito de família tronco, sendo utilizado o dependente vitalício ou temporário mais novo.

VIII – Idade de entrada nas Forças Armadas: foi considerada a idade resultante da diferença entre a data de ingresso na Força e a data de nascimento do militar constantes no banco de dados.

IX – Idade de transferência para a inatividade remunerada:

- a) Transferência por cumprir a regra de elegibilidade de 35 anos de tempo de serviço militar: idade provável do militar ao requerer transferência para inatividade remunerada, considerando que o militar tenha cumprido a regra mínima de elegibilidade (35 anos de serviço), bem como a probabilidade de o militar requerer a transferência para inatividade a partir do momento em que possui o tempo mínimo de serviço militar; e
- b) Transferência por invalidez: conforme a probabilidade de o indivíduo militar torna-se inválido antes de atingir o requisito de elegibilidade para transferência para a inatividade militar descrita na alínea anterior (tempo mínimo de serviço militar de 35 anos).

X – Compensação Financeira entre as contribuições para a pensão militar e os regimes previdenciários: não foi considerada em razão da falta de regulamentação do § 9º-A do art. 201 da CRFB1988.

XI - Taxa de rotatividade: foi considerada a probabilidade de desligamento para cada idade dos militares da ativa.

XII – Taxa de juros: a fim de permitir comparabilidade, a taxa de juros considerada foi de 5,47%, a mesma prevista na Portaria nº 12.223, de 14 de maio de 2020, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

XIII – Horizonte Temporal avaliado: o horizonte temporal do atual cálculo abrange todo o período de vida dos atuais recebedores e dos futuros possíveis recebedores de pensões de militares, que no caso pode ser um dependente que ainda não é recebedor, uma vez que os cálculos projetam as probabilidades de constituição de futuros recebedores em função da idade do militar.

13 – Demais Obrigações a Longo Prazo

O saldo de R\$ 2.285.382,21 apresentado no item em análise refere-se ao registro de recebimento de cauções para garantias contratuais decorrentes de contratos celebrados pelas UG do COMAER.

14 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2020, o Comando da Aeronáutica possuía um saldo de R\$ 51.047.966.488,53 relacionado a obrigações contratuais a executar, sendo quase a totalidade relacionada a fornecimento de bens e serviços. O item “*Demais*” conjuga os valores relacionados aos seguros e aos aluguéis a executar.

A seguir, apresenta-se a Tabela 15, segregando essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 15 – Obrigações Contratuais – Composição

	R\$			
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Fornecimento de Bens	39.065.435.163,23	32.843.027.707,62	18,95	76,53
Serviços	11.978.822.884,28	10.541.284.760,86	13,64	23,47
Demais	3.708.441,02	3.119.076,91	18,90	0,01
Total Geral:	51.047.966.488,53	43.387.431.545,39	17,66	100,00

Fonte: SIAFI

Ressalta-se que o item “*Fornecimento de Bens*”, que tem a maior representatividade, representa, predominantemente, as apropriações de contratos em execução efetuadas, principalmente, por Unidades Gestoras Executoras do COMAER situadas no exterior para a execução de contratos firmados com a SAAB AB - PROJETO GRIPEN, EMBRAER e EUROCOPTER, cujos objetos guardam relação com a aquisição de produtos/serviços relacionados à Defesa Nacional de interesse do COMAER.

Na tabela a seguir, apresentam-se os contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2020.

Tabela 16 – Obrigações Contratuais – Por Contratado

	R\$	
	31/12/2020	AV (%)
SAAB AB – PROJETO GRIPEN	14.628.360.077,42	28,66
EMBRAER S.A.	9.676.263.169,66	18,96
EMBRAER	8.113.570.726,07	15,89
EUROCOPTER	7.008.605.329,99	13,73
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.	1.715.697.907,78	3,36
Demais	9.905.469.277,60	19,40
Total Geral:	51.047.966.488,53	100,00

Fonte: SIAFI

15 – Resultado Patrimonial do Exercício

O resultado patrimonial é apurado mediante a diferença entre o total das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e o total das variações patrimoniais diminutivas (VPD). A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) apresenta, de forma detalhada, o confronto entre VPA e VPD, para o período em análise.

Cabe observar que as características para o reconhecimento da VPA são: extinção, parcial ou total, de um passivo sem o desaparecimento concomitantemente de um ativo de valor igual ou maior; geração de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros; ou no recebimento de doações e subvenções.

A VPD, por sua vez, realiza-se quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro; diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo; ou pelo surgimento de um passivo, sem o corresponde ativo.

Em 31/12/2020, o resultado patrimonial foi deficitário em cerca de R\$ 8,005 bilhões e, em relação ao mesmo período do exercício anterior, teve um decréscimo de 374% conforme demonstrado na Tabela 17.

Tabela 17 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Diminutivas

	R\$		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	114.485.049.474,82	121.276.015.671,20	-6%
Impostos, Taxas e Cont. de Melhoria	-	-	-
Contribuições	1.443.337.707,00	860.431.589,91	68%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.213.547.988,96	3.388.094.694,17	-64%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4.650.427.888,87	3.327.475.159,24	40%
Transferências e Delegações recebidas	100.610.926.974,67	85.392.418.800,86	18%
Valoriz. e Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos	6.286.267.876,31	28.044.768.046,55	-78%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	280.541.039,01	262.827.380,47	7%
Variações Patrimoniais Diminutivas	122.490.397.619,63	122.965.083.887,17	0%
Pessoal e Encargos	7.483.983.337,47	6.892.936.631,75	9%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	12.474.222.052,06	12.331.321.161,72	1%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	4.603.374.120,39	4.559.255.937,18	1%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8.072.888.233,47	4.193.956.877,69	92%
Transferências e Delegações concedidas	78.004.649.993,33	65.142.508.860,91	20%
Desvalor. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	2.945.257.361,24	26.702.789.580,19	-89%
Tributárias	2.063.268,37	1.207.235,36	71%
Custo Mercad. Produtos Vend. e Serv. Prestados	4.371.826,79	5.873.604,36	-26%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.899.587.426,51	3.135.233.998,01	184%
Resultado Patrimonial do Período	-8.005.348.144,81	-1.689.068.215,97	374%

Fonte: SIAFI

Abaixo, seguem os principais itens responsáveis por essa variação, após feita a compensação entre os saldos das transferências e delegações recebidas e concedidas, as quais são compostas, majoritariamente, por movimentações intraorçamentárias (OFSS).

15.1 - Diminuição do item “Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos” na ordem de 64%

O item em análise apresentou essa diminuição devido, praticamente, à redução da rubrica “*Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços*”, a qual é composta, principalmente, pelas receitas de serviços de proteção ao voo e auxílio à navegação aérea, as quais sofreram uma contração de, aproximadamente, 69% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

15.2 - Diminuição do item “Valorização e Ganhos de Ativos e Desinc. de Passivos” em 78%

A variação negativa observada no item em estudo deve-se, prioritariamente, à diminuição dos “Ganhos com Desincorporação de Passivos”, além da redução dos valores apurados nas reavaliações de bens imóveis conduzidas no exercício atual quando comparadas aos procedimentos de reavaliação do exercício anterior.

15.3 - Aumento das “Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras” na ordem de 92%

Em relação ao confronto das variações patrimoniais financeiras aumentativas e diminutivas, tem-se um déficit, que corresponde a uma redução de cerca de 295% se comparado ao mesmo período do exercício passado, o que contribuiu para a redução do resultado do exercício, conforme consta da Tabela 18 a seguir.

Tabela 18 – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas Financeiras

	R\$		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4.650.427.888,87	3.327.475.159,24	1.322.952.729,63
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8.072.888.233,47	4.193.956.877,69	3.878.931.355,78
Resultado	-3.422.460.344,60	-866.481.718,45	294,98%

Fonte: SIAFI

De acordo com a Tabela acima, as variações patrimoniais diminutivas financeiras foram as responsáveis pelo déficit financeiro apresentado. As variações monetárias e cambiais diminutivas foram as que apresentaram um maior aumento tendo em vista, principalmente, os ajustes cambiais da dívida referentes ao Projeto F-X2 e H-X BR, cujos aspectos estão mais bem detalhados na Nota Explicativa nº 9 – Empréstimos e Financiamentos, bem como por registros automáticos de variação cambial do SIAFI.

15.4 – Aumento de “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas em 184%

A variação apresentada nesse item é principalmente representada pelo aumento do item “Constituição de Provisões” em cerca de 184%. Isso se deve ao reconhecimento da provisão para pensões militares no valor de R\$ 8.889.671.837,45, cujas características estão apresentadas na [Nota Explicativa nº 12 – Provisões a Curto e Longo Prazo](#).

16 – Execução Orçamentária da Receita

Em relação ao 4º trimestre de 2020, as receitas realizadas pelo Órgão Superior COMAER foram as seguintes, conforme a categoria econômica:

Tabela 19 – Receitas Realizadas – Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	2.344.264.924,37	4.490.111.982,64	-47,79	71,14
Receitas de Capital	951.118.206,13	1.811.524.701,06	-47,50	28,86
Total Geral:	3.295.383.130,50	6.301.636.683,70	-47,71	100,00

Fonte: SIAFI

No 4º trimestre de 2020, a arrecadação apresentou redução em comparação ao mesmo período de 2019, no percentual de 47,71%, representando R\$ 3.006.253.553,20, em termos monetários.

Observa-se um decréscimo de 47,79% nas receitas correntes, decorrente, em sua maioria, pela diminuição na arrecadação de receitas relacionadas aos serviços de proteção ao voo, serviços de transportes aéreos indenizáveis e tarifas aeroportuárias, ao passo que as receitas de capital apresentaram uma redução de 47,50%, tendo em vista uma menor realização de receitas provenientes de obrigações contratuais externas quando em comparação ao mesmo período do exercício anterior.

16.1 – Receitas Correntes

As receitas correntes, realizadas no 4º trimestre de 2020, correspondem a 71% do total de receitas arrecadadas pelo COMAER. A seguir, a Tabela 20 evidencia as principais receitas correntes realizadas no período em análise:

Tabela 20 – Receitas Correntes Realizadas – Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Serviços e Atividades referentes à Navegação e ao Transporte	972.378.448,06	3.125.360.521,87	-68,89	41,48
Valores Mobiliários	856.906.848,12	831.080.112,47	3,11	36,55
Serviços e Atividades referentes à Saúde	295.157.088,88	284.996.966,37	3,56	12,59
Demais	219.822.539,31	248.674.381,93	-11,60	9,38
Total Geral:	2.344.264.924,37	4.490.111.982,64	-47,79	100,00

Fonte: SIAFI

A receita de valor mais expressivo refere-se, na sua maioria, a “*Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte*”, provenientes de tarifas cobradas pela utilização de informações aeronáuticas, tráfego aéreo, meteorologia e auxílios à navegação aérea. A receita de “*Valores Mobiliários*” é proveniente da aplicação das disponibilidades financeiras dos recursos gerenciados pelo Fundo Aeronáutico. As receitas de “*Serviços e Atividades referentes à Saúde*” relacionam-se à arrecadação de serviços hospitalares em geral e àquelas oriundas de contribuições obrigatórias dos militares, da ativa e na inatividade, e dos pensionistas dos militares, destinadas a cobrir parte das despesas com a assistência médico-hospitalar dos beneficiários do Fundo de Saúde da Aeronáutica.

Em virtude da pandemia da COVID-19, houve uma redução do número de voos, o que, por consequência, ocasionou uma queda no faturamento das tarifas de navegação aérea. Diante disso, com o objetivo de minimizar os impactos econômico-financeiros nas empresas do Setor Aéreo Brasileiro, foi publicado o Decreto nº 10.284, de 20 de março de 2020, o qual estabeleceu a dilatação do prazo de vencimento das Tarifas de Navegação Aérea, durante o período de enfrentamento da pandemia.

Ressalta-se que a Portaria nº 402/GC3, de 24 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto no Decreto nº 10.284/2020, determinou que a receita referente aos meses de março, abril, maio e junho fossem acrescidas, respectivamente, aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. Ademais, a publicação da Portaria nº 884/GC3, de 27 de agosto de 2020, a qual alterou a redação do artigo 1º da Portaria nº 402/GC3, de 24 de março de 2020, estabeleceu que, além dos vencimentos adiados para dezembro do mesmo ano, não seriam cobrados quaisquer juros e correções. Dessa forma, a receita de “*Serviços e Atividades Referentes à Navegação Aérea e Transporte*” sofreu uma redução de 68,9% em 2020, quando comparado ao exercício financeiro de 2019.

16.2 – Receitas de Capital

As receitas de capital, realizadas no 4º trimestre de 2020, correspondem aproximadamente a 29% do total de receitas arrecadadas pelo COMAER. A seguir, a Tabela 21 evidencia as principais receitas de capital realizadas no período em análise:

Tabela 21 – Receitas de Capital Realizadas- Composição

	R\$			
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Operações de Crédito – Mercado Externo	928.381.850,64	1.802.773.868,80	-48,50	97,61
Alienação de Bens Móveis	21.697.257,80	7.875.109,48	175,52	2,28
Demais	1.039.097,69	875.722,78	18,66	0,11
Total Geral:	951.118.206,13	1.811.524.701,06	-47,50	100,00

Fonte: SIAFI

As “*Operações de Crédito – Mercado Externo*” representam o valor mais expressivo da totalidade das receitas de capital. A redução apresentada nesse item deve-se à LOA 2020, em decorrência dos Cronogramas Físicos-Financeiros dos Contratos Comerciais suportados por financiamentos externos, ter sido menor que a LOA 2019.

Cabe ressaltar, que a Receita Realizada em 2019 contou com Orçamento de Restos a Pagar, referente a 2017 e 2018, no valor de R\$ 347.053.298,19. Por outro lado, no exercício 2020, não houve orçamento de Restos a Pagar face a sua inexistência, em decorrência do Decreto 9.711/2019.

A “*Alienação de Bens Móveis*” representa 2,28% do total das receitas de capital, as quais são oriundas, prioritariamente, da alienação de veículos e aeronaves. Essas receitas sofreram aumento de 175,52% em comparação ao mesmo período do exercício anterior, devido, majoritariamente, ao registro de ganho na alienação de motores, realizado por UG do COMAER.

O item “*Demais*” refere-se aos recursos oriundos de alienação de imóveis urbanos e amortização de financiamentos, realizados pela CFIAe, no período em análise.

16.3 – Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro

Os créditos adicionais indicados correspondem a ações destinadas a atender despesas com movimentação de pessoal, bem como proteção, fiscalização e combate a ilícitos da Amazônia Legal. Do valor indicado, o montante de R\$ 40.000.000,00 foi cancelado pela Lei nº 14.077, de 11 de novembro de 2020.

17 – Execução Orçamentária da Despesa

Na data base de 31/12/2020, o COMAER empenhou cerca de R\$ 28,6 bilhões. A Tabela abaixo separa os valores empenhados, por categoria econômica de despesa, no período em análise:

Tabela 22 - Despesas Empenhadas - Composição

	R\$			
	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%)
Despesas Correntes	24.273.779.228,71	23.262.624.854,99	4,35	84,84
Despesas de Capital	4.338.308.878,22	4.253.632.513,38	1,99	15,16
Total Geral:	28.612.088.106,93	27.516.257.368,37	3,98	100,00

Fonte: SIAFI

17.1 – Despesas Correntes

No COMAER, as despesas correntes representam, aproximadamente, 85% do total de despesas empenhadas no 4º trimestre de 2020. A seguir, a Tabela 23 elenca as principais despesas correntes empenhadas por natureza de despesa detalhada:

Tabela 23 – Despesas Correntes Empenhadas – Composição

		R\$	
Despesas Correntes		31/12/2020	AV (%)
31900121	PROVENTOS – PESSOAL MILITAR	3.428.453.154,57	14,12
31901201	SOLDO	3.330.164.048,09	13,72
31900302	PENSÕES MILITARES	2.130.699.829,29	8,78
31900328	VANTAGENS INCORPORADAS – PENSIONISTAS	1.628.893.023,93	6,71
31900122	VANTAGENS INCORPORADAS – PESSOAL MILITAR	1.097.717.684,02	4,52
31900114	ADICIONAL MILITAR	685.334.315,10	2,82
31901206	ADICIONAL DE HABILITAÇÃO	675.751.439,54	2,78
33903985	SERVIÇOS EM ITENS REPARÁVEIS DE AVIAÇÃO	667.438.195,43	2,75
31901204	ADICIONAL MILITAR	576.446.093,07	2,37
Demais		10.052.881.445,67	41,41
Total:		24.273.779.228,71	100,00

Fonte: SIAFI

17.2 – Despesas de Capital

As despesas de capital, no 4º trimestre de 2020, correspondem a 15% do total de despesas empenhadas no período. A seguir, a Tabela 24 evidencia as principais despesas de capital empenhadas por natureza de despesa detalhada:

Tabela 24 – Despesas de Capital Empenhadas – Composição

Despesas de Capital		R\$	
		31/12/2020	AH (%)
44905254	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS	1.902.650.677,94	43,86
46907701	REFINANCIAMENTO DO PRINCIPAL – DIV CONTRATUAL	778.648.776,66	17,95
44903905	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	717.172.936,03	16,53
44905256	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACES. DE PROTEÇÃO AO VOO	280.670.534,51	6,47
44903032	SUPRIMENTO DE AVIAÇÃO	160.967.180,32	3,71
44905191	OBRAS EM ANDAMENTO	115.718.655,30	2,67
44905252	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	38.912.533,03	0,90
44905208	APAR EQUIP UTENS MED ODONT LABORAT HOSPIT	38.500.444,41	0,89
Demais		305.067.140,02	7,03
Total:		4.338.308.878,22	100,00

Fonte: SIAFI

18– Resultado Orçamentário do Exercício

Em atenção ao critério estabelecido no art. 35, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no período origina o resultado orçamentário.

No 4º trimestre de 2020, o COMAER apresentou resultado orçamentário deficitário no valor de R\$ 25.316.704.976,43, tendo em vista os montantes de R\$ 3.295.383.130,50 (Tabela 19) referente à arrecadação de receitas e de R\$ 28.612.088.106,93 (Tabela 22) de despesas empenhadas.

Ressalta-se que esse déficit apresentado no Balanço Orçamentário do COMAER relaciona-se, prioritariamente, à execução orçamentária proveniente das descentralizações de créditos recebidas de outras Unidades Orçamentárias, somando-se a quantia de R\$ 985.512.006,76 de despesas empenhadas. Por sua vez, as Unidades Orçamentárias Comando da Aeronáutica, CFIAe, Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica e Fundo Aeronáutico, que em conjunto atingem o valor de R\$ 27.626.576.100,17 de despesas empenhadas, perfazem o total de despesas evidenciadas na Tabela 21.

19 – Execução Orçamentária de Restos a Pagar

19.1 – Restos a Pagar Não Processados

Dos montantes inscritos em restos a pagar não processados (RPNP), R\$ 1,9 bilhões correspondem a restos a pagar inscritos em 2019 e R\$ 466 milhões equivalem aos totais inscritos em exercícios anteriores ao mencionado. Em 2020, R\$ 1,9 bilhões foram pagos e R\$ 66,3 milhões foram cancelados.

Em relação aos gastos correntes, cerca de 82% dos RPNP foram pagos ou cancelados durante o exercício 2020. Já os gastos de capital, tiveram 86% da execução do montante apresentado.

Tabela 25 – Restos a Pagar Não Processados

	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Cancelados	Pagos	Saldo
Despesas Correntes	195.928.371,49	1.304.106.088,03	51.066.145,23	1.185.793.223,57	263.175.090,72
Despesas de Capital	270.145.679,12	621.073.128,95	15.250.018,26	748.780.067,89	127.188.721,92
Total Geral	466.074.050,61	1.925.179.216,98	66.316.163,49	1.934.573.291,46	390.363.812,6

Fonte: SIAFI

19.2 – Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

No que concerne aos restos a pagar processados (RPP) e não processados liquidados, do total de R\$ 1.137.986.591,84, ou seja, inscritos em 2019 e exercícios anteriores, ocorreu o pagamento e o cancelamento, nos valores de R\$ 1,1 bilhão e R\$ 151 mil, respectivamente.

Por seu turno, os gastos correntes tiveram execução de quase sua totalidade, ou seja, 99,99%, ao passo que os gastos de capital executaram 99,92% dos valores inscritos em 31 de dezembro de 2019 e exercícios anteriores.

Tabela 26 – Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Cancelados	Pagos	Saldo
Despesas Correntes	192.218,33	1.136.573.998,03	150.889,07	1.136.465.847,46	149.479,83
Despesas de Capital	372,50	1.220.002,98	-0,78	1.219.426,20	950,06
Total Geral:	192.590,83	1.137.794.001,01	150.888,29	1.137.685.273,66	150.429,89

Fonte: SIAFI

20 – Resultado Financeiro do Exercício

O resultado financeiro apurado no período em análise foi negativo em cerca de R\$ 542 milhões e seu detalhamento está evidenciado conforme Tabela 26 a seguir.

Tabela 27 – Resultado Financeiro

	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Receita Orçamentária	3.295.383.130,50	6.301.636.683,70	-47,71
Despesas Pagas	-28.612.088.107,05	-27.516.257.368,51	3,98
Subtotal	-25.316.704.976,55	-21.214.620.684,81	19,34
Transferências Financeiras recebidas	53.213.615.252,88	52.442.765.814,99	1,47
Transferências Financeiras Concedidas	-30.068.030.966,80	-30.400.305.477,31	-1,09
Subtotal	23.145.584.286,08	22.042.460.337,68	5,00
Recebimentos extraorçamentários*	5.753.077.324,39	7.247.082.139,86	-20,62
Pagamentos extraorçamentários	-4.124.180.804,32	-6.703.209.272,59	-38,47
Subtotal	1.628.896.520,07	543.872.867,27	199,50
Resultado Financeiro do Exercício	-542.224.170,40	1.371.712.520,14	-139,53

* Exceto valores a inscrever em restos a pagar processados e restos a pagar não processados.

Fonte: SIAFI.

Em relação ao 4º Trimestre do exercício anterior, o fluxo das receitas orçamentárias apresentou um decréscimo próximo de 48%. Destaca-se que essa variação ocorreu em função do item “*Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas*”, que, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 16, refere-se a receitas de serviços de apoio à navegação aérea.

Destaca-se que dentre os recebimentos extraorçamentários, foram desconsiderados os valores que estão inscritos em restos a pagar, não pagos até o final do exercício. Assim, foram considerados os valores referentes a “*Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados*” e “*Outros Recebimentos Extraorçamentários*” somente.

Em relação aos pagamentos extraorçamentários, ressalta-se o pagamento de restos a pagar processados e restos a pagar não processados, os quais em conjunto somaram a quantia próxima de 3,072 bilhões, representando cerca de 75% dos pagamentos extraorçamentários.

21 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A evidenciação da variação ocorrida no item “*Caixa e Equivalente de Caixa*” é feita por meio da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essa variação é desmembrada em fluxo de caixa das atividades operacionais, fluxo de caixa das atividades de investimento e fluxo de caixa das atividades de financiamento. No COMAER, a geração líquida de caixa foi negativa na quantia de R\$ 542.224.170,40, com um decréscimo próximo de 140% em relação ao 4º Trimestre de 2019.

Tabela 28 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa – Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH (R\$)
Atividades Operacionais	2.956.751.831,41	4.282.778.003,83	-1.326.026.172,42
Atividades de Investimento	-3.648.709.075,79	-4.146.458.057,49	497.748.981,70
Atividades de Financiamento	149.733.073,98	1.235.392.573,80	-1.085.659.499,82
Resultado Financeiro do Período	-542.224.170,40	1.371.712.520,14	-1.913.936.690,54

Fonte: SIAFI

a) Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou uma variação negativa de 31%. Compensando-se os saldos das transferências financeiras recebidas e transferências financeiras concedidas, as quais representam operações intraorçamentárias, percebe-se uma diminuição no resultado operacional influenciada, principalmente, pela redução dos ingressos advindos das “*Receitas de Serviços*” e pelo aumento dos dispêndios registrados em “*Outros Desembolsos Operacionais*” e com “*Pessoal e Demais Despesas*”.

Evidencia-se que contribuíram para um decréscimo do resultado operacional a diminuição das receitas próximo de 62% no que se refere ao item “*Receitas de Serviços*”. Ressalta-se que essa redução se deve, majoritariamente, à diminuição de arrecadação de receitas relacionadas à proteção ao voo e ao auxílio à navegação aérea.

Diante disso, verifica-se também redução com “*Dispêndios Extraorçamentários*”, do grupo “*Outros Desembolsos Operacionais*”, cujos desembolsos se referem, basicamente, à repartição de receita proveniente das tarifas de proteção ao voo, efetuadas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) às entidades que fazem jus ao recurso, conforme legislação aplicável.

Em relação aos desembolsos com pessoal, destaca-se a função “*Defesa Nacional*”, a qual teve seu aumento, principalmente, pelo aumento de desembolsos relacionados às naturezas de despesas “*Adicional de Disponibilidade Militar – Ativo*”, “*Adicional de Disponibilidade Militar – Inativo*”, os quais foram criados pela Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

b) Atividades de Investimento

A geração líquida das atividades de investimentos apresentou um aumento no déficit de 12% em relação ao 4º trimestre do exercício anterior, sendo afetada, principalmente, por um aumento no volume de desembolsos referente ao item “*Aquisição de Ativo Não Circulante*”.

Tabela 29 – Geração Líquida de Caixa das Atividades de Investimento

	R\$		
	31/12/2020	31/12/2019	AH (R\$)
Alienação de Bens	21.736.721,51	8.128.639,00	13.608.082,51
Amortização de Emprést. e Financiam. Conced.	999.633,98	622.193,26	377.440,72
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.681.461.307,63	-2.498.374.160,03	-183.087.147,60
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-2.499.663,63	-2.329.950,00	-169.713,63
Outros Desembolsos de Investimentos	-987.484.460,02	-1.654.504.779,72	667.020.319,70
Total	-3.648.709.075,79	-4.146.458.057,49	497.748.981,70

Fonte: SIAFI

A variação do referido item “*Aquisição de Ativo Não Circulante*” ocorreu, principalmente, em função de um maior volume de desembolsos relativos às naturezas de despesa “*Equipamentos, peças e acessórios Aeronáuticos*” e “*Equipamentos, peças e acessórios de Proteção ao voo*” efetuados, principalmente, por Unidades Gestoras do COMAER situadas no exterior.

c) Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento, no período em análise, foram afetadas somente pelas operações de crédito externas para a aquisição e desenvolvimento de bens relacionados à defesa nacional e pela a amortização da dívida. Destaca-se, ainda, que os ingressos da receita de operação de crédito foram afetados, também, pelos registros automáticos de variação cambial do SIAFI.

Os desembolsos foram, exclusivamente, efetuados com despesas para pagamento do principal da dívida contratual externa.

22 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido visa demonstrar a evolução do patrimônio líquido do Órgão, indicando a movimentação ocorrida nos Subgrupos de contas que compõem o Patrimônio Líquido.

Em relação à linha de “*Ajustes de Exercícios Anteriores*”, informa-se que seu saldo é decorrente de efeito da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, que não

possam ser atribuídos a fatos subsequentes. No 4º trimestre de 2020, essa rubrica apresentou o saldo devedor de R\$ 29.878.649.186,47

Esse saldo deve-se, majoritariamente, ao reconhecimento da provisão das pensões militares, no passivo não circulante, realizada no período em análise, conforme detalhado na [Nota Explicativa nº 12 – Provisões a Curto e Longo Prazo](#).